

Esta pesquisa é parte do projeto Ambientalização Social da Religião, coordenado pelo Professor Carlos Alberto Steil, o qual propõe-se compreender como, a partir da incorporação de um *idioma* ecológico, a questão ambiental é apropriada por diversas instituições religiosas. O recorte aqui privilegiado centra-se na análise das práticas de educação ambiental dos agentes afro-umbandistas e dos significados atribuídos ao 2º Volume da “Cartilha pela Natureza”, elaborada por iniciativa da Federação Afro-Umbandista e Espiritualista do Rio Grande do Sul (FAUERS), em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana de Porto Alegre, e da cartilha “A Educação Ambiental e as Práticas das Religiões Afro-Umbandistas”, produto do diálogo desenvolvido no Grupo de Trabalho (GT) Matrizes Africanas. Por meio de observação participante e de entrevistas com os agentes do campo afro-religioso procura-se investigar as experiências que possibilitam o deslocamento em direção a certas práticas ambientais e religiosas. A releitura de antigas categorias, internas ao campo afro-umbandista, a partir da incorporação de um *idioma* ecológico, confere legitimidade a estes agentes e atualiza suas práticas, cuja existência é anterior à própria noção de ecologia. Se no passado tais práticas eram percebidas enquanto elementos constituintes de rituais mágico-religiosos, no contexto atual, elas vão adquirindo novos significados que se situam no campo ambiental. No processo de legitimação das práticas rituais das religiões afro-brasileiras se faz necessário pensar as narrativas que escapam dos discursos oficiais veiculados pelas lideranças das federações e conselhos em defesa das religiões de matriz africana. A partir dessas problematizações aponto para a possibilidade de conceber tal campo para além do discurso dominante, explorando suas fissuras, e dando visibilidade às táticas e estratégias acionadas pelos terreiros na negociação e na relação com o seu entorno. Assim, sugiro que a lógica expressa no conteúdo das cartilhas é reinterpretada pelos terreiros que não fazem parte do “projeto” de educação ambiental defendido pelos representantes das federações e conselhos.